

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. VIII, nº 50, sala da Procuradoria Geral do Município - Bairro Carreira Comprida - CEP 34004-721 - Santa Luzia - MG -

<https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/proc>

**DESPACHO - PGM/PGM/GAB****PROCESSO SEI n. 25.18.000002469-5 - Processo administrativo Nº 15.817/2025****Interessado: Secretaria Municipal de Saúde - SMSA**

**Assunto:** Análise jurídica da abertura de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico por registro de preço para a aquisição de Fórmulas Alimentares, conforme demanda da área técnica e necessidade de manutenção do atendimento aos pacientes assistidos pelos programas da Secretaria de Saúde, bem como análise da minuta do edital e de seus anexos Estimativa Econômica: R\$6.151.027,57 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos)

Analisando os autos do presente procedimento em epígrafe manifestamos anuência pela viabilidade e prosseguimento de abertura do Processo Licitatório, mediante saneamento anexado conforme doc. (0256646), ratificando integralmente as demais considerações e recomendações técnicas e jurídicas constantes da peça opinativa, sem necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC n. 5, da AGU.

Por conseguinte, importa sobrelevar que o saneamento deve ser a tônica nos procedimentos da Lei 14.133/20221, por isso devemos compreender o instituto da diligência a partir dos princípios da legalidade, eficiência e do interesse público sempre somada a princípios implícitos como por exemplo o do formalismo moderado que consequentemente resultará no bem comum de toda coletividade.

Portanto, cumpre alertar à autoridade administrativa, sobre a importância da devida motivação de seus atos, na medida em que recairá sobre ela a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento que melhor atendem ao interesse público e ao dever de boa administração.

Ressalte-se, afinal, não compete a esta Procuradoria adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito de atuação da autoridade competente, cabendo tal análise ao gestor público sob o prisma, inclusive, de princípios como eficiência, economicidade e essencialidade.

Santa Luzia/MG, 31 de outubro de 2025.

(assinatura eletrônica qualificada)

**Andrew Silva Les**

**Subprocurador-Geral do Município**

**OAB/MG 185.833**

(assinatura eletrônica qualificada)

**Isabelle Maria Gomes Fagundes**

**Procuradora-Geral do Município**

**OAB/MG 130.782**



Documento assinado eletronicamente por **Isabelle Maria G Fagundes de Sá, Procurador(a) Geral**, em 31/10/2025, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.santaluzia.mg.gov.br/autenticidadesei> informando o código verificador **0257601** e o código CRC **C5940CDE**.

25.18.000002469-5

0257601v5